

CAPÍTULO 1

Caracterizando o Raio que o parta

1.1 Arquitetura moderna e cultura amazônica

A cultura paraense, em sua pujante expressividade, gerou produtos de destaque desde a culinária regional, passando pelo artesanato e chegando à escala da arquitetura. Se o tipo palafita amazônico¹ marca a nossa face ribeirinha e cabocla, a arquitetura dos mosaicos de cacos vem se consolidando como a representante do tipo casa vernacular urbana.

Contudo, como já nos alertava o historiador da arte Aloïs Riegl, o gosto dos povos é mutável, não sendo este um critério sólido para garantir a preservação do patrimônio arquitetônico. O gosto, segundo Gillo Dorfles (1989), depende de uma formação cultural dos sujeitos, os quais, independente da classe social, precisam deter uma formação erudita para poder apreciar o que este considera como Arte. Ele aponta para a estratificação do gosto e dos valores estéticos numa tríade: cultura erudita, mid-cultura (tradução livre do inglês *middle culture*) e cultura popular; no meio dessa tríade estariam as expressões do *kitsch* e do *camp*. Ambos

1 Ver MENEZES, Tainá Marçal dos Santos; PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana. O tipo palafita amazônico: entre formalidade e informalidade do habitar na Vila da Barca (Belém, Pará, Brasil). *Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 44-59, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21680/2448-296X.2021v6n2ID23710>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/23710>. Acesso em: 25 set. 2023.

concordam que a percepção dos sujeitos dá preferência aos objetos contemporâneos, em detrimento das formas estéticas do passado.

O livro de Dinah Guimaraens e Lauro Cavalcanti (1979) foi um dos primeiros a valorizar as arquiteturas suburbanas, muitas vezes autoconstruídas, nas quais o emprego de mosaicos de cacos de azulejos era a tônica. O título do livro, *Arquitetura kitsch suburbana e rural*, evidencia o rótulo utilizado para denominar tais manifestações construtivas. Contudo, consideramos o *kitsch* uma reprodução literal de formas, a cópia de objetos e figuras, não sendo fácil associá-lo a formas abstratas. O chapéu do Barata² é *kitsch*, pois sua forma arquitetônica emula diretamente o objeto referido, tal qual as arquiteturas Pato designadas por Robert Venturi.

As obras assim categorizadas eram mal vistas pelos arautos da cultura erudita, passando a ser incorporadas pela cultura *camp*, na qual o mau gosto era cultivado deliberadamente como se fosse um refinamento superior. Susan Sontag, ensaísta norte-americana, em suas *Notas sobre camp*, afirma que o *camp* não se inscreve na hierarquia entre arte culta e arte popular, ele simplesmente responde a uma sensibilidade, ao gosto e ao sentimento, que não é visto como inconveniente, mas como inerente à natureza humana.

O *camp* se apega aos objetos em processo de envelhecimento estético, que são considerados como ultrapassados e fora de moda.

Não é a predileção por aquilo que é antigo enquanto tal. É simplesmente por que o processo de envelhecimento ou deterioração consente o distanciamento necessário — ou desperta uma simpatia necessária. Quando o tema é importante e contemporâneo, o fracasso de uma obra de arte pode nos deixar indignados. O tempo pode mudar isso. O tempo libera a obra de arte da relevância moral, entregando-a à sensibilidade Camp... Outro efeito: o tempo reduz a esfera da banalidade. (A banalidade, no sentido estrito, é sempre uma categoria do contemporâneo) O que era banal, com a passagem do tempo pode se tornar fantástico (Sontag, 1964).

Portanto, enquanto o emprego de cacos de azulejos coloridos ganhou o gosto das classes média e baixa em diversas partes do Pará, especialmente na Primeira Léngua patrimonial de Belém e em cidades do Baixo Amazonas, do Marajó, da Zona Bragantina e do Tocantins, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, essa predileção não era compartilhada pelos novos arquitetos formados pelo recém-criado Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, fundado em 1964. Até então, as construções de

2 O monumento construído em homenagem ao interventor Magalhães Barata, em São Braz, Belém-PA, é assim denominado popularmente.

casas eram realizadas por mestres de obras e engenheiros civis, sendo também auto-construídas por seus proprietários (Miranda; Carvalho; Tutuya, 2015).

No panorama urbano da cidade de Belém, metrópole da Amazônia, após a metade do século XX, houve anseios de modernizar sua fisionomia, quando fachadas de casas de linhas classicistas e ecléticas foram reformuladas para ganhar ares renovados. A atuação dos engenheiros civis estendia-se amplamente no projeto e na construção de prédios de um e dois pavimentos, cujos nomes podiam ser conhecidos pelas placas afixadas nas obras, segundo exigência do Conselho de Engenharia. Engenheiros como Josué Freire, Hermógenes Condurú, Antonio Brito, Philadelfo Cunha, entre outros, eram muito requisitados, com destaque para Josué Freire, que parecia dominar o mercado.



Figura 1.1 Progresso versus pobreza. Fonte: Jornal A província do Pará, 12 jun. 1960, p. 8.

Esses engenheiros contavam com os serviços de desenhistas que, muitas vezes, faziam o papel do arquiteto, interferindo na concepção dos projetos, notadamente de residências. As obras contavam com a presença mais frequente dos mestres de obras, os quais possuíam conhecimento empírico das técnicas construtivas e eram subcontratados pelos engenheiros, que tinham dificuldade para supervisionarem diariamente os serviços, dada a quantidade de obras com as quais eram comprometidos. O papel dos mestres não podia ser subestimado, uma vez que detinham ampla experiência e mantinham-se em contato permanente com os proprietários das casas.

Nesse período, os projetos desenhados à mão, a lápis ou nanquim, constavam de uma prancha única contando com planta baixa, fachada e cortes, sem a especificação precisa de detalhes e materiais de acabamento. O que propiciava espaço para que os executantes opinassem acerca da aplicação de elementos decorativos e de revestimento.

Notadamente nos anos 1960, segundo Antonio Rocha Penteado (1968), Belém do Pará era a cidade mais populosa da Amazônia brasileira, com 359.958 habitantes, seguida pela cidade de Manaus com 154.040 habitantes e São Luís, com 139.075 habitantes. Tendo como bairros mais adensados aqueles desde a Cidade Velha até o bairro do Souza, com predominância da concentração populacional da Cidade Velha ao bairro da Pedreira. Então, Cidade Velha, Campina, Reduto, Nazaré, São Brás, Pedreira e Telégrafo detinham a preferência para morar e trabalhar.

Na década de 1960 eram poucos os edifícios altos na cidade, com alguns exemplares mais destacados, concentrando-se na Avenida Presidente Vargas, antiga 15 de agosto, posteriormente estendendo-se pela Avenida Nazaré.

Nos bairros mais populosos, além de se destacarem habitações que marcaram outras épocas, passou a ser muito comum a construção de casas térreas com platibandas e os famosos bangalôs (casas com dois pavimentos), que geralmente apresentavam pátio no térreo e uma varanda no andar superior, que funcionava como ambiente que antecipava o quarto do casal, voltado para a fachada da casa. Inicialmente as platibandas eram lisas, ou trabalhadas com pequenos relevos em massa, surgindo, nas décadas de 1950 e 1960, alguns tratamentos em azulejos, realçando-as com decorações, fugindo do reboco liso. O emprego de revestimentos em cacos de azulejos com desenhos em destaque, principalmente de triângulos entrelaçados e que depois evoluíram para outras composições, passa a se disseminar via imitação dos exemplares vizinhos.

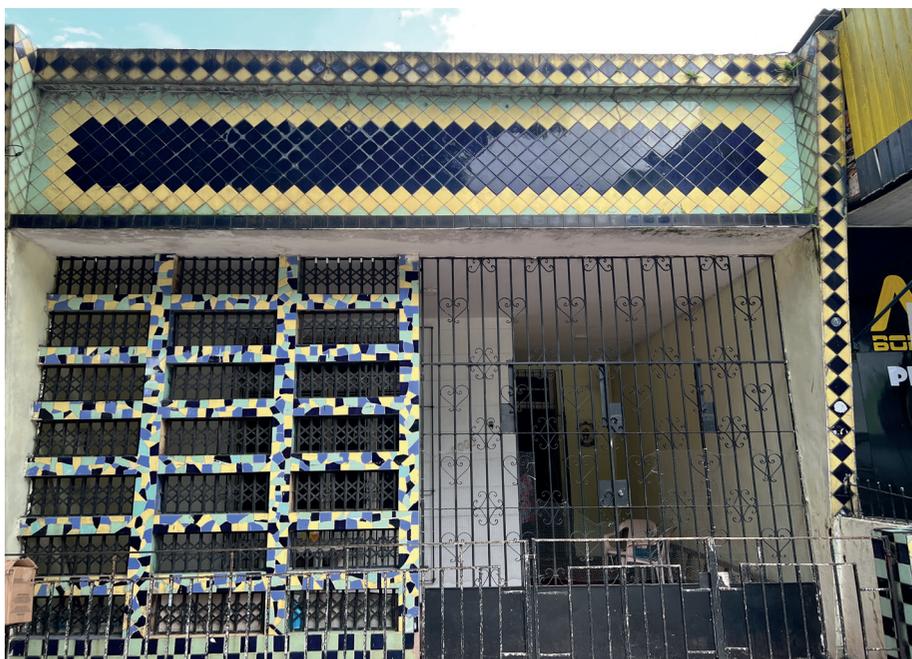


Figura 1.2 Av. Alcindo Cacela, Cremação, Belém/PA – Pedreiro/mestre de obras, 1954.
Fonte: Laura Caroline de Carvalho da Costa, 2022.



Figura 1.3 Mosaicos em pastilhas adornando a entrada de prédio de três pavimentos – Engenheiro civil.
Fonte: Cybelle Salvador Miranda, 2016.

1.2 Sobre a denominação

A autoria da expressão Raio que o parta é atribuída a Donato Mello Jr. e deve ter sido adotada em razão da jocosidade e do cariz lusitano da expressão. No texto “Arquitetura e açai”, escrito pelo arquiteto como discurso de despedida à turma à qual ministrou a disciplina Arquitetura no Brasil no Curso de Arquitetura da Universidade do Pará (UFPA), em 1966, o professor comenta:

Muitos paraenses (não orientados) revestiram fachadas de formas agressivas e cacarias azulejadas e multi-coloridas num estilo “raio que os parta”. Donde veio o mau gosto? Também vemos alguns (bem orientados) se orgulharem da coleção fabulosa de suas fachadas azulejadas, fisionomia de uma época mais autêntica e exemplar [...]. Apontaram-me algumas arquiteturas modernas de Belém, melhor diria modernas [...] Na verdade existem alguns bons e elegantes exemplos de arquitetura, num mar de vulgaridade. Abundam formas mal copiadas e inadequadas, inclusive das colunas do magnífico palácio da Alvorada de Niemeyer. O paraense precisa “parar” de reformar fachadas antigas. Acredito que vai parar. Há arquitetos na terra (Mello Junior, 1966).

A reação de professores das primeiras turmas do Curso de Arquitetura da UFPA, bem como dos alunos dessa época, era compatível com as aspirações de criar uma cidade moderna e bem ordenada, sendo condenáveis, portanto, quaisquer edifícios que não seguissem à risca os preceitos da Arquitetura erudita. Durante uma visita ao LAMEMO, numa conversa informal, o arquiteto Alcyr Meira, aluno da primeira turma do referido curso, designou tais construções como antiarquitetura. Os arquitetos não a consideravam como arquitetura porque não foi concebida no âmbito profissional dos que detêm o conhecimento acadêmico necessário para projetar e construir obras que reúnem os princípios de estabilidade, função e beleza, postulados por Vitruvius.

O início da formação dos arquitetos no Pará era marcado pelo pragmatismo, direcionando os estudos teóricos e técnicos para a capacitação dos formandos para projetar e construir arquiteturas, segundo os ditames do modernismo. A quase totalidade dos alunos complementava os estudos com a prática profissional adquirida em estágios realizados em escritórios de arquitetura e engenharia. Apenas nos anos 1980 iniciou-se a produção de estudos teóricos acerca de nossa arquitetura, tendo como exemplo a investigação sobre a História da Arquitetura no Pará, coordenada pela professora Carmen Lúcia Valério Cal, entre 1986 e 1993, que contou com a documentação e recuperação de acervos da arquitetura local. Dividida em

três etapas: 1ª etapa (1986-1987) – Arquitetura paraense no século XIX; 2ª etapa (1987-1990) – Arquitetura Residencial em Belém: 1º metade do século; e a etapa final – O Pré-moderno em Belém, entre 1991 e 1993.

No âmbito dessa pesquisa, a professora Carmen Cal orientou o trabalho de conclusão de curso “Arquitetura de Belém de 40 a 80”, de autoria de Márcia Barcessat *et al.* (1993), cujo objetivo foi estudar as arquiteturas que se desenvolveram além do período de transição (chamado de pré-moderno) na arquitetura belemense, que o grupo considerou como “os primeiros passos em busca de uma autêntica modernidade” (Barcessat *et al.*, 1993, p. 87). Nesses exemplares, incluem as casas RQP, classificadas segundo a semiologia, designando o prefixo (estilos precedentes que interferiram na arquitetura) somado à raiz (prolegômenos da arquitetura moderna) e à vogal temática (contexto de Belém), formando uma palavra nova (arquitetura moderna particular). Referem-se ao emprego dos cacos cerâmicos coloridos enquanto prefixos à nossa arquitetura, e não como um estilo próprio, entendidas essas construções como assimilação peculiar dos elementos modernos pela arquitetura popular (Barcessat *et al.*, 1993, p. 87). Porém, essas arquiteturas são consideradas como obras artesanais com acabamento descuidado, cópias de obras da cultura erudita, associadas a uma modernidade inautêntica.

Carmen Cal, enquanto professora do curso de especialização História e Cidade, promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA- UFPA), orientou a monografia de Ivana Santos (1995) “Raio-que-o-parta – Um fragmento entre cultura e sociedade”. O estudo trata do resgate de um elemento da cultura local que parece revelar a dialética entre cultura e modernidade: a arquitetura modernista de Belém das décadas de 1950 e 1960. Analisando essa manifestação em termos de fachada e identificando o universo subjetivo responsável pela sua elaboração, a autora visa a definir seu alcance como arquitetura ou manifestação cultural.

As arquiteturas RQP são entendidas pela autora como resultado do gosto burguês não qualificado, adotando um processo de tradução de um código mais complexo para uma linguagem mais “simples” e que atinge um contingente maior de pessoas. Em ambos os trabalhos, o RQP é visto como uma tentativa imperfeita de emular a arquitetura erudita do modernismo. Adota o mesmo conceito de Günter Weimer (2012), que associa a arquitetura popular às restrições econômicas, retirando delas todo seu caráter de inovação e inventividade estética.

Nos anos 2000, com a renovação do corpo docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFPA), há uma ampliação nas discussões teóricas da arquitetura paraense, tendo sido criados os laboratórios de pesquisa, dentre os quais se

insere o LAMEMO. Em 2008, os professores Cybelle Salvador Miranda e Ronaldo Nonato Marques de Carvalho propuseram o artigo “Dos mosaicos às curvas: a estética modernista na Arquitetura residencial de Belém” ao II Seminário Docomomo Norte/Nordeste, sendo editado pelo periódico *Arquitextos*, em 2009. A curiosidade do professor Ronaldo teve início em 1974, quando ingressou como professor de arquitetura brasileira do Curso de Arquitetura, em que apresentou em sala de aula imagens das casas com mosaicos de raios, provocando a reação do então discente Flávio Nassar, que as chamou de Raio que o parta, numa época em que a denominação ainda não era amplamente conhecida.

O artigo visa a destacar a vertente estética dessas arquiteturas, no contexto inicial de formação de arquitetos no Pará, em que os primeiros graduados eram engenheiros civis que atuavam em cargos públicos e na construção civil em escritórios de projeto. Em meados da década de 1960, esses profissionais buscavam na arquitetura moderna norte-americana e europeia a inspiração para seus trabalhos: “O modelo modernista era, para nós, uma fachada, um símbolo de status, de pertencermos ao mesmo país em desenvolvimento, apesar das marcantes diferenças” (Carvalho; Miranda, 2009). Os arquitetos recebiam uma formação influenciada pelo racionalismo da Bauhaus, sendo a estética associada à funcionalidade do edifício e à linguagem veiculada em revistas argentinas e brasileiras.

Os primeiros arquitetos egressos do Curso de Arquitetura, segundo os autores, receberam uma formação fortemente influenciada pelo modernismo carioca, por meio do corpo docente composto por arquitetos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade do Brasil. Inicialmente, havia um curso de 3 anos de adaptação para engenheiros projetistas, que outorgava o diploma de arquiteto a esses profissionais, os quais já atuavam como projetistas, valendo-se de modelos veiculados em revistas:

Na tentativa de firmar uma identidade regional, os engenheiros das décadas de 30 a 50 tiravam modelos de Revistas como “Sugestões de Arquitetura” e dos Suplementos de Arquitetura do Jornal do Brasil e da Folha de São Paulo, adaptando-os ao gosto da clientela local, às condições climáticas e aos materiais disponíveis (Carvalho; Miranda, 2009).

Um dos que realizaram a adaptação foi o engenheiro Milton Monte, que, em 1953, projetou uma construção com os mosaicos típicos do Raio que o parta. Posteriormente, o mesmo engenheiro-arquiteto fez referência à moda do estilo funcional que se propagou em meados do século XX, afirmando se tratar de má interpretação, “um período que produzimos modelos inadequados” (Monte, 1986), ilustrando esse

exemplo com um esboço de uma residência com telhado borboleta e platibanda decorada RQP.

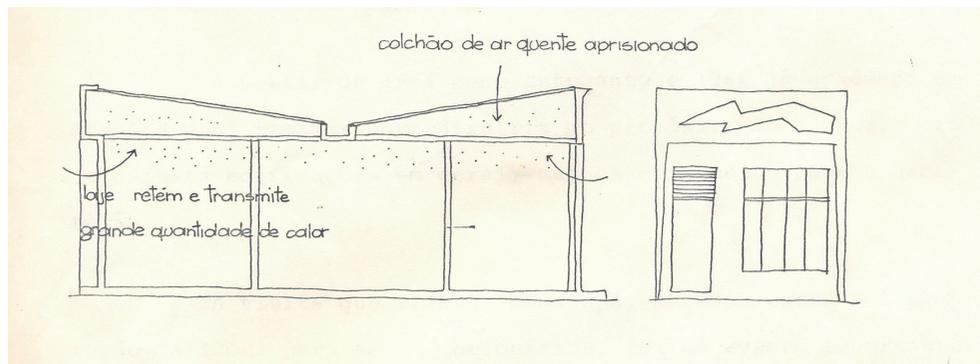


Figura 1.4 Desenho de casa RQP usado como mau exemplo de adaptação climática.

Fonte: Monte, 1986. Acervo da Biblioteca do ITEC/UFGA.

O azulejo, que era visto como superado no início do século XX, foi revivido no modismo modernista: em vez de decorado, sua fragmentação passou a decorar as superfícies das fachadas. É então que identificamos nas suas características o Raio que o parta:

Manifestou-se através de elementos decorativos como: mosaicos em forma de raios coloridos preenchendo as empenas; molduras de janelas com laterais inclinadas; telhado inclinado para dentro do terreno, com parte do telhado aparente, compondo um pequeno beiral em ângulo obtuso com a parede da fachada (telhado mariposa); painéis em cobogós cimentados rústicos ou esmaltados em cores fortes; colunas finas arranjadas em “V” como apoio de marquises e coberturas (Carvalho; Miranda, 2009).

O emprego das telhas de barro ainda era bastante comum nos anos 1950 e 1960, mas para ocultar uma estrutura tão tradicional, as águas do telhado foram invertidas longitudinalmente para que as águas não caíssem para a frente do lote. Resultaram, pela inclinação exigida pelo tipo de telhas, em empenas frontais consideravelmente altas que recebiam a decoração dos azulejos coloridos. Estabelecendo uma relação dos murais de azulejos coloridos com o movimento neoconcretista carioca, citam exemplares nos bairros do Umarizal e do Reduto, bem como relacionam a tradição da azulejaria portuguesa de revestimento das fachadas neoclássicas como influência para o fenômeno, numa releitura que se aproxima da estética pós-moderna.

Carvalho e Miranda (2009) concluem que as versões regionais do modernismo brasileiro são melhor compreendidas ao estudarmos a experiência do usuário por

meio das “assimilações vernaculares das linguagens formais”, mas os autores se afastam da noção de superficialidade ou *kitsch* que é sugerido nos trabalhos de Barcessat *et al.* (1993) e Santos (1995); para eles, essas assimilações são “manifestação autêntica de um interesse em assimilar padrões exógenos adaptando-os ao gosto local” (Carvalho; Miranda, 2009) que conduziriam ao regionalismo da década de 1980. Em 2012, a arquiteta Andréia Cardoso defendeu a dissertação *A valoração como patrimônio cultural do “Raio que o parta”: expressão do modernismo popular, em Belém/PA* pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que oferece o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. A pesquisa visou a compreender o fenômeno enquanto categoria do patrimônio cultural, mencionando a mudança de percepção por parte de segmentos de profissionais de arquitetura que, a partir da segunda década dos anos 2000, passaram a valorizar essas obras e designá-las como patrimônio.

Para definir o RQP, a autora declara que: “o termo é usado para denominar certos imóveis cujas fachadas têm a presença marcante de mosaico e azulejos, numa profusão de cores, símbolos e formas” (Cardoso, 2012, p. 11). A autora fez o mapeamento de 35 edificações em Belém (por meio do registro fotográfico e preenchimento de fichas usadas pelo IPHAN), bem como realizou oito entrevistas com moradores e profissionais de arquitetura. A pesquisa se orienta a partir da pergunta: o Raio que o parta pode ser considerado patrimônio cultural?

Ao ser questionada sobre o tema “patrimônio cultural”, a maioria dos moradores associa a ideia aos casarões ecléticos, localizados principalmente no centro histórico da cidade. Já entre os profissionais de arquitetura, o termo Raio que o parta aplicado às residências construídas entre as décadas de 1950 e 1960, é bem conhecido. Entretanto, a opinião acerca da possibilidade de considerá-lo patrimônio cultural é dividida entre os arquitetos. A autora conclui que a preservação do RQP é mais defendida pelos “agentes do saber técnico” do que entre moradores e proprietários dos imóveis. Desse modo, Cardoso reflete que o tombamento não é a única alternativa de proteção a esses imóveis, citando outros instrumentos, como a educação patrimonial e o inventário.

Em 2015, a arquiteta e designer Laura Caroline de Carvalho da Costa concluiu sua dissertação de mestrado *Raio que o parta! Assimilação do modernismo nos anos 50 e 60 do século XX e seu apagamento em Belém (PA)* defendida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Nesta investigação, a autora analisa os casos de apagamento da arquitetura RQP em três bairros de Belém (Cidade Velha, Umarizal e Telégrafo) por meio do método etnográfico, que combinou mapeamento online das fachadas, registro fotográfico e entrevistas com moradores.

Dessa fase das pesquisas, surgiu o desafio de ampliar o mapeamento das arquiteturas abrangendo outras regiões do estado do Pará, visando, assim, a confirmar a existência de arquiteturas Raio que o parta e sua categorização enquanto patrimônio cultural paraense.

Se a disseminação das casas RQP ocorreu pela cópia de desenhos e formas entre casas vizinhas, hoje a imagem do Raio que o parta é explorada por arquitetos e designers que transformam a arquitetura em imagem e produto, que a torna objeto de consumo. O valor estético, antes adotado por pessoas de classes populares em suas moradias, hoje se reverte em marca de destaque para propostas que veiculam a temática amazônica como diferencial (Costa, 2023).

Portanto, o objeto de pesquisa da tese desenvolvida pela autora entre 2019 e 2023 foi delimitado como o impacto da ressignificação da arquitetura RQP no Pará, por indivíduos que nela habitam ou a percebem na paisagem urbana. A pesquisa buscou entender a relação entre os moradores e suas casas por meio do levantamento de fontes documentais (jornais veiculados entre os anos 1950 e 1960), entrevistas semiestruturadas junto a moradores e proprietários de residências, o mapeamento de residências em Belém (nos distritos administrativos de Belém, Guamá, Sacramento e Mosqueiro) e nos municípios de Abaetetuba, Bragança, Cametá, Soure, Salvaterra e Santarém.

Para entender como o público em geral avalia essas arquiteturas, foi realizada a coleta de publicações e comentários sobre o Raio que o parta nas redes sociais Facebook e Instagram. A resposta obtida à pergunta que motivou a pesquisa foi de que o aproveitamento da imagem do Raio que o parta como fator de notoriedade nas redes sociais não auxilia na preservação das casas RQP. Na escuta dos moradores, a autora percebeu que a afetividade deles com as casas é o que as mantém em pé, de modo que é preciso auxiliá-los a reformá-las com conhecimento técnico e estético acerca da manutenção dos mosaicos e de outros elementos arquitetônicos associados.

Recomendamos a leitura de artigos que foram desenvolvidos pelas autoras, professoras Laura Caroline de Carvalho da Costa e sua orientadora, professora Cybelle Salvador Miranda:³

- “O ‘Raio que o parta’ em Belém: um estudo sobre a valorização da arquitetura popular paraense”, publicado nos anais do 7º Seminário Internacional em Memória e Patrimônio (2013). Este foi o primeiro artigo publicado durante o mes-trado como resultado da avaliação do Estágio Docente na disciplina Estética

3 Essas produções podem ser consultadas no site do LAMEMO: lamemo.arq.br.

das Artes Plásticas com alunos de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Traz a pesquisa realizada pelos discentes nos bairros do Guamá, Pedreira, Telégrafo, Cremação e Jurunas, com entrevistas a moradores e levantamento fotográfico, a fim de estabelecer relação com os conceitos de estética apresentados durante a disciplina.

- “Raio que o parta: o lado b do modernismo paraense”, publicado nos anais do III Enanparq – arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva (2014), em coautoria com a arquiteta Karina Pamplona. Consiste na apresentação do segundo capítulo da dissertação com o estado da arte sobre o Raio que o parta e o comparativo entre as classificações atribuídas pelos autores que já trataram sobre o tema.
- “Raio que o parta na Cidade Velha: quando o moderno encontra a tradição”, publicado nos anais do III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia (2018). Apresenta os resultados obtidos por meio do mapeamento e entrevistas realizadas no bairro mais antigo de Belém, em que as fachadas modernas convivem com construções de linguagem eclética e neocolonial.
- “A efemeridade do moderno e o valor de novidade nas fachadas de residências ‘Raio que o parta’ em Belém, Pará”, publicado no periódico *Arquitextos*, em 2019. Este artigo faz parte das discussões apresentadas ao final da dissertação, na qual observou-se que a maioria dos entrevistados nos três bairros selecionados justifica o anseio de renovação por meio da reforma das fachadas RQP, numa forma de valoração semelhante ao que propõe Aloïs Riegl (2022).
- “Arquiteturas em busca de enquadramento: classificação de fachadas Raio que o parta e coetâneas nos bairros do Marco e da Pedreira, em Belém (PA)”. Anais do XIV Seminário Docomomo Brasil: o modernismo em movimento. Usos, reusos, novas cartografia. Presente e futuro do legado da arquitetura moderna no Brasil. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, em 2021. Apresenta o mapeamento de exemplares em dois bairros de Belém, produzidos em parceria com a pesquisadora voluntária de iniciação científica, Flávia Melo, resultou em quadros que apresentam apagamentos das arquiteturas nos dois bairros, bem como propõe as características fundamentais para a classificação de exemplares como RQP.
- “A experiência imagética na arquitetura ‘Raio que o parta’. 5% Arquitetura + Arte”. São Paulo, ano 17, v. 01, n. 23, e208, p. 1-20, jan. jun/2022. Resulta de

incursões em três casas construídas em meados do século XX em Belém e Abaetetuba, cujas análises de plantas e interiores demonstram uma mudança nos modos de morar dos habitantes que encomendaram essas residências, de modo que as arquiteturas demonstram uma concepção dos espaços interiores que se integra com a aparência moderna das fachadas.

Como se observa, o volume de pesquisas relacionadas ao RQP vem aumentando nos últimos anos. Nesse sentido, os estudos realizados pelo LAMEMO, visam não apenas a mapear os exemplares existentes em Belém e em outros municípios paraenses, como a compreender a percepção daqueles que idealizaram e/ou vivem nessas residências, visto que atuam diretamente na permanência ou apagamento das obras. Da mesma forma, a crescente apropriação visual dessa arquitetura por profissionais e estudantes de arquitetura e design motiva uma reflexão sobre o processo de ressignificação e seus efeitos na preservação ou desaparecimento dos exemplares catalogados.

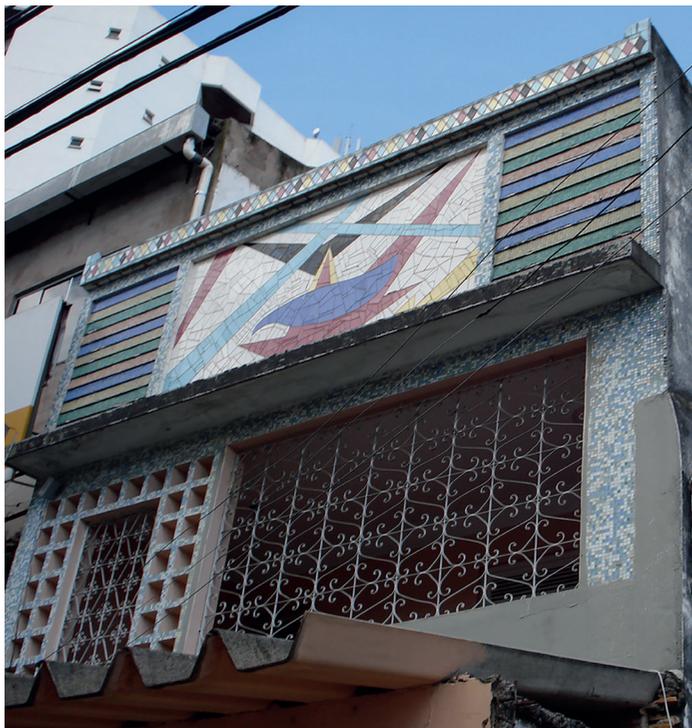


Figura 1.5 Fachada RQP desaparecida, no bairro de Batista Campos.

Fonte: Cybelle Salvador Miranda, 2009.

1.3 Classificando a arquitetura RQP

O Raio que o parta é uma manifestação inserida no contexto de assimilação da arquitetura moderna em meados do século XX, que gerou variados exemplares feitos por não arquitetos. Sendo assim, a categorização apresentada aqui é um esforço para identificar essas obras de forma objetiva, permitindo seus fáceis reconhecimento e diferenciação de produções coetâneas.

Os primeiros trabalhos que investigam o tema (Barcessat *et al.*, 1993; Santos, 1995) esboçam uma breve caracterização, que se limita ao plano da fachada. Embora a interpretação do RQP como manifestação superficial seja atualmente discutida (Costa; Miranda, 2022), sua identificação mais imediata ocorre nas fachadas; por isso, o trabalho de mapeamento desenvolvido nas pesquisas de Costa (2015, 2023) catalogou fachadas RQP na cidade de Belém e em municípios nos quais a existência dessa arquitetura já havia sido verificada. Complementar a esse levantamento, tem-se a classificação de residências nos bairros da Pedreira e Marco, também na capital paraense (Costa; Melo; Miranda, 2021); tais pesquisas foram realizadas com o auxílio do Google Street View para reconhecimento e localização das obras nas incursões a campo.

1.3.1 Características

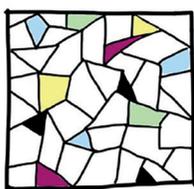
Qual é a cara da arquitetura Raio que o parta? Barcessat *et al.* (1993) e Santos (1995) a definem como portadora de características verificadas nas fachadas, tais como:

- presença de painéis de mosaicos de azulejos coloridos (seja em platibandas ou outros pontos da fachada); e
- desenhos como raios, bumerangues, setas e formas geométricas ou figurativas, executadas com os mosaicos ou chapisco em cimento.

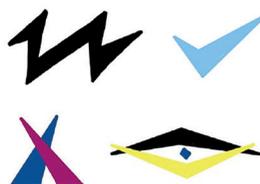
Laura Caroline de Carvalho da Costa propõe uma classificação na qual esses elementos são denominados fundamentais, pois “permitem um reconhecimento imediato do RQP” (2023, p. 78). Em paralelo, a autora aponta elementos que chama de associados, porque são assimilações da arquitetura moderna e que podem constar nas casas Raio que o parta, entretanto, não são suficientes para sua identificação: sendo assim, um exemplar RQP apresentaria ao menos um elemento fundamental, podendo ou não possuir elementos associados. Por haver identificado nos mapeamentos virtuais residências com a presença somente desses elementos, a elas foi atribuída a classificação de referência coetânea, pois aludem a

elementos reproduzidos no período de disseminação do RQP, podendo, contudo, serem empregados em reformas contemporâneas. Os elementos associados são:

- Revestimento em azulejo liso ou decorado, sem mosaicos.
- Venezianas e dutos de ventilação (na fachada ou na platibanda).
- Empenas, brises, platibandas e marquises com recortes assimétricos.
- Cobogós e pastilhas.
- Colunas (metálicas, de PVC ou de concreto) inclinadas ou em V.



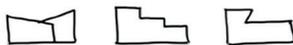
mosaicos de azulejos
multicoloridos



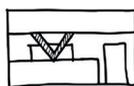
desenhos geométricos,
alusivos a raios e outros

Figura 1.6 Elementos fundamentais.

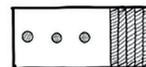
Fonte: Laura Costa, 2022.



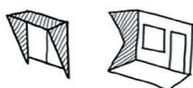
platibandas
assimétricas



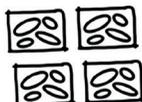
colunas em V



dutos de ventilação
e brises



planos inclinados ou
assimétricos



cobogós, pastilhas
e azulejos não-fragmentados
(lisos/decorados)

Figura 1.7 Elementos associados.

Fonte: Laura Costa, 2022

1.3.2 Tipos e autorias

A casa RQP pode ser *de raiz* (projetada com as características do moderno assimilado no interior e exterior), geralmente situada no terreno com afastamentos e recuos, sendo de até dois pavimentos; ou *adaptada* (resultante de reformas em casas de estilo neocolonial, eclético ou imperial brasileiro), de gabarito térreo e ocupando as porções frontal e lateral do lote ou com um recuo ou afastamento (Costa, 2023).

O tipo da casa está associado à autoria. Projetos de engenheiros civis costumam situar o imóvel destacado dos limites do terreno, o que favorece a ventilação e a iluminação naturais; além disso, as fachadas podem apresentar mais de dois vãos e os painéis de mosaicos são inseridos na empena do telhado ou em outros pontos da fachada, como pátios, varandas e garagens. Já as obras de pedreiros, mestres de obras e não técnicos (a exemplo da autoria atribuída ao proprietário ou conhecido da família) possuem similaridades na distribuição espacial linear, com fachada no esquema porta-janela, com um afastamento ou recuo, ou alinhada ao lote.



Figura 1.8a Casa adaptada.



Figura 1.8b Casa de raiz.
 Fonte: acervo LAMEMO, 2006.

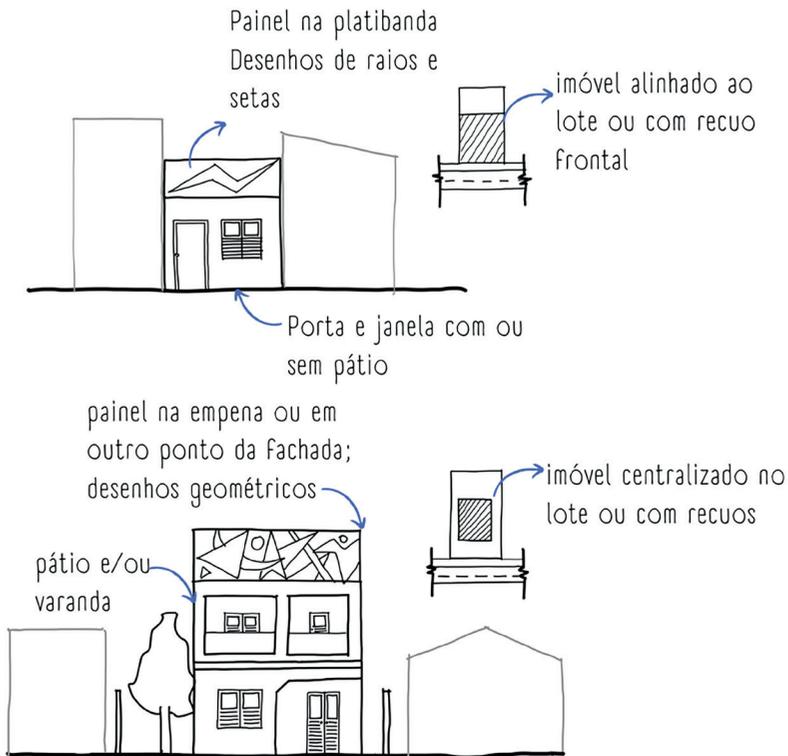


Figura 1.9 Diferenças entre casas construídas por pedreiros e por engenheiros.
 Fonte: Laura Costa, 2022.

1.3.3 Modificações

De acordo com as pesquisas que tratam da classificação do RQP, as alterações empregadas que apagam as características fundamentais e associadas do RQP consistem em duas formas: pontual (encobrimento dos elementos) ou drástica (remoção dos painéis por reforma ou demolição). Os apagamentos estão associados a fatores como necessidade de empregar melhorias estruturais, acréscimo e/ou remoção de ambientes, além do desejo expresso pelo proprietário de “modernizar” o imóvel, que costuma ser classificado como antigo.

1.3.4 Raios pelo Pará

O mapeamento do Raio que o parta vem sendo expandido para outras localidades no estado paraense; o que se observa é a similaridade com os exemplares encontrados em Belém, embora haja peculiaridades que indicam a forma de reprodução dessa arquitetura em cada região. A pesquisa de Costa (2023) aponta a atuação predominante de mestres de obras e não técnicos na criação e na construção de casas de raiz nos municípios de Abaetetuba, Bragança, Cametá, Soure, Salvaterra e Santarém, situadas entre os anos 1960 e 1970. Os entrevistados identificados no estudo justificam suas obras pelo desejo de ornamentação, inspirando-se em casas que viam em outras cidades ou criavam, a partir da própria imaginação, figuras geométricas ou alusivas à natureza, conforme relato de dois mestres de obras nos municípios de Abaetetuba e Cametá (região do Tocantins).

O município que apresenta o maior número de exemplares fora da capital paraense é Bragança, na região do Caeté; o RQP se disseminou tanto na porção mais antiga da cidade quanto nas regiões de ocupação mais recente, e a hipótese para a profusão de obras é o emprego de desenhos abstratos ou raios usando o chapisco em cimento nas fachadas, solução mais econômica se comparada ao revestimento em azulejo. Diferente de Bragança, Santarém apresenta casas RQP em menor quantidade e concentradas na região mais antiga da cidade; os elementos fundamentais são frequentemente situados em platibandas ou empenas de residências térreas, em sua maioria. Nessa localidade, não se obtiveram muitas informações a respeito de quem construiu as obras, mas os relatos de pessoas que participaram da pesquisa de campo indicam que o projeto de suas residências foi concebido em colaboração do proprietário com mestres de obras.



Figura 1.10 Casa em Bragança, já demolida.

Fonte: acervo do LAMEMO, 2010.



Figura 1.11 Residência em Santarém.

Fonte: Cybelle Salvador Miranda, 2017.

Na ilha do Marajó, os municípios de Soure e Salvaterra possuem obras cuja autoria é atribuída aos construtores locais que, por vezes, atuavam em conjunto e transmitiam entre si a técnica desenvolvida na elaboração dos mosaicos, cujos desenhos possuem similaridades no aspecto de “raios perfurados” (Costa, 2023, p. 86), e em algumas casas optaram por decorar as empenas formadas pela cobertura, deixando à mostra o telhado tradicional de duas águas; por outro lado, em Soure, a platibanda assumiu em uma residência a forma do raio na convergência das fachadas frontal e lateral, e o desenho também se faz presente no muro de entrada. Costa cita uma edificação em Salvaterra em que atuaram marceneiros e pedreiros para erguer uma estrutura em madeira com fachada de alvenaria, caso que indica a possibilidade da existência de outros exemplares RQP que combinam técnicas construtivas, adaptando a modernidade ao contexto regional.



Figura 1.12 Casa futurista em Soure.
Fonte: Laura Costa, 2021.



Figura 1.13 Casa em Salvaterra.
Fonte: Laura Costa, 2021.

Essa classificação nos ajuda a entender quais as características que marcam as arquiteturas RQP e distingui-las de outros exemplos que adotam elementos de modernização, permitindo incluí-las no conjunto de referências modernas nas cidades paraenses.



Fonte: Cybelle Salvador Miranda, 2023.

